

Apêndice 2: Arcabouço legal brasileiro com incidência na gestão das praias

Obs.: Esta lista não tem a intenção de ser exaustiva e é de caráter orientador.

NORMATIVA	INCIDÊNCIA NA GESTÃO DE PRAIAS
Decreto Federal nº 24643 de 1934 - Código de Águas	Decreta o Código de Águas; (Art. 11) sobre uso comum dos terrenos de marinha, margens de rio, lagos, canais, e lagoas.
Decreto-Lei nº 9.760 de 1946	Conceitua os bens imóveis da União e fundamenta a gestão patrimonial. Estabelece a forma de Demarcação dos Terrenos de Marinha e seus acrescidos
Lei Federal nº 6.766 de 1979	Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano.
Lei Federal nº 6.938 de 1981	Institui a Política Nacional do Meio Ambiente.
Resolução CONAMA nº01 de 1986	Dispõe sobre definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e regulamenta a gestão de praias definindo a orla marítima e instituindo instrumentos não apenas para a gestão da orla, mas para o gerenciamento costeiro no Brasil. (Art. 10) Define as praias como bens públicos de uso comum do povo.
Lei Federal nº 7.661 de 1988	Institui o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), que demonstra interesse nacional em prospectar e delimitar a plataforma continental brasileira e, conseqüentemente, a soberania nacional frente à possibilidade da exploração dos recursos disponíveis no leito, subsolo e na coluna d'água oceânica.
Decreto Federal nº 98.145 de 1989	Gestão de resíduos sólidos em áreas portuárias, com vistas a preservar a saúde pública e a qualidade do meio ambiente.

Apêndice 2: Arcabouço legal brasileiro com incidência na gestão das praias

Obs.: Esta lista não tem a intenção de ser exaustiva e é de caráter orientador.

NORMATIVA	INCIDÊNCIA NA GESTÃO DE PRAIAS
Resolução CONAMA nº 05 de 1993	Gestão de resíduos sólidos em áreas portuárias, com vistas a preservar a saúde pública e a qualidade do meio ambiente.
Lei Federal nº 8.617 de 1993	Lei do Mar. Define os limites do Mar Territorial, da Zona Econômica Exclusiva e da Plataforma Continental.
Lei Federal nº 9.433 de 1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos em que estabelece a água como um bem público e sua gestão voltada aos usos múltiplos.
Resolução CIRM nº 006 de 1998	Cria a Agenda Ambiental Portuária, de modo a adequar o setor portuário às normas e parâmetros ambientais vigentes.
Lei Federal nº 9.636 de 1998	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.
Lei Federal nº 9.985 de 2000	Cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e prevê a elaboração de Planos de Manejo (Art 27).
Resolução CONAMA nº 274 de 2000	Dispõe sobre as condições de balneabilidade e suas implicações para o bem-estar humano. (Art. 2o) As águas doces, salobras e salinas destinadas à balneabilidade (recreação de contato primário) terão sua condição avaliada nas categorias própria e imprópria.
Lei Federal nº 10.233 de 2001	Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, e visa (Art 11, V) compatibilizar os transportes com a preservação do meio ambiente.

Apêndice 2: Arcabouço legal brasileiro com incidência na gestão das praias

Obs.: Esta lista não tem a intenção de ser exaustiva e é de caráter orientador.

NORMATIVA	INCIDÊNCIA NA GESTÃO DE PRAIAS
Decreto Federal nº 3.725 de 2001	Regulamenta a Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.
Lei Federal nº 10.257 de 2001	Lei do Estatuto da cidade, estabelece diretrizes gerais da política urbana.
Resolução CONAMA nº 303 de 2002	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente. Inclui ecossistemas de restinga associados a praias, cordões arenosos e dunas, manguezais, entre outros
Decreto Federal nº 4.871 de 2003	Dispõe sobre a instituição dos Planos de Áreas para o combate à poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional.
Decreto Federal nº 5.300 de 2004	Regulamenta a Lei no 7.661 de 1988 que institui o PNGC. Dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima. Define os limites da orla marítima e a elaboração e implementação do Plano de Intervenção da orla marítima (Projeto Orla).
Instrução Normativa Interministerial SEAP/MMA/MP nº 6 de 2004	Autorização de uso do espaço físico em corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura
Lei Federal nº 5.377 de 2005	Aprova a Política Nacional para os Recursos do Mar – PNRM. A PNRM tem por finalidade orientar o desenvolvimento das atividades que visem à efetiva utilização, exploração e aproveitamento dos recursos vivos, minerais e energéticos do Mar Territorial, da Zona Econômica Exclusiva e da Plataforma Continental.

Apêndice 2: Arcabouço legal brasileiro com incidência na gestão das praias

Obs.: Esta lista não tem a intenção de ser exaustiva e é de caráter orientador.

NORMATIVA	INCIDÊNCIA NA GESTÃO DE PRAIAS
Resolução CONAMA nº 357 de 2005	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes.
Decreto Federal nº 5.758 de 2006	Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNA, integrado a paisagens terrestres e marinhas.
Lei Federal nº 11.428 de 2006	Lei da Mata Atlântica. Dispões sobre a conservação, a proteção, a regeneração e a utilização de um conjunto de ecossistemas componentes do bioma Mata Atlântica.
Resolução CONAMA nº 369 de 2006	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP, como restingas e manguezais.
Resolução CONAMA nº 388 de 2007	Complementa a Lei da Mata Atlântica e convalida resoluções pretéritas sobre o bioma.
Instrução Normativa Interministerial nº 01 de 2007	Estabelece os procedimentos operacionais para a efetivação da autorização de uso dos espaços físicos em corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura.
Lei Federal nº 12.187 de 2009	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC.
Lei Federal nº 12.305 de 2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS.
Lei Federal nº 12.608 de 2012	Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Define como dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios adotar as medidas necessárias à redução dos riscos de desastre.

Apêndice 2: Arcabouço legal brasileiro com incidência na gestão das praias

Obs.: Esta lista não tem a intenção de ser exaustiva e é de caráter orientador.

NORMATIVA	INCIDÊNCIA NA GESTÃO DE PRAIAS
Lei Federal nº 12.651 de 2012	Estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal.
Lei Federal nº 12.815 de 2013	Nova Lei de Portos. Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários.
Decreto Federal nº 8.033 de 2013	Regulamenta a Lei de Portos nº 12.815 de 2013.
NORMAM nº 08 de 2013	Estabelece procedimentos administrativos para o tráfego e permanência de embarcações em Águas Jurisdicionais Brasileiras, visando à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana e à prevenção da poluição no meio aquaviário.
Lei Federal nº 13.240 de 2015	Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos. Permite a transferência da gestão da orla marítima da União aos municípios por meio da assinatura do Termo de Adesão à Gestão de Praias (TAGP).
Portaria Ministerial nº 150 de 2016	Institui o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima.
Portaria Federal MP/SPU nº 113 de 2017	Regulamenta o art. 14 da Lei 13.240 e possibilita a transferência de gestão patrimonial das praias marítimas urbanas aos municípios com o estabelecimento do modelo de contrato (TAGP)
Portaria SPU nº 4.192 de 2018	Institui o Núcleo de Gestão de Praias - NUGEP.
Decreto Federal nº 9.310 de 2018	Institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana e estabelece os procedimentos para a avaliação e a alienação dos imóveis da União. Ressalta a necessidade de manutenção do livre e franco acesso às praias.

Apêndice 2: Arcabouço legal brasileiro com incidência na gestão das praias

Obs.: Esta lista não tem a intenção de ser exaustiva e é de caráter orientador.

NORMATIVA	INCIDÊNCIA NA GESTÃO DE PRAIAS
Instrução Normativa nº 2 de 2018	Dispõe sobre os conceitos e os critérios para identificação das áreas de domínio da União, de gestão da SPU. Define bens da União que não necessitam de processo de demarcação para a sua individualização, como as praias. São abordados os procedimentos metodológicos básicos e definições para a identificação das áreas da União. Ainda, aborda aspectos conceituais e é reiterada a faixa de segurança de 30m.
Portaria MMA nº 76 de 2018	Institui o Programa Nacional para Conservação da Linha de Costa. Visa promover a gestão integrada da linha de costa, seu conhecimento técnico- científico, suas variações conforme os eventos extremos e mudanças do clima, usos múltiplos e proteção dos ecossistemas marinhos e costeiros.
Portaria MP/SPU nº 6.446 de 2018	Altera a Portaria 4.192 de 2018 sobre a criação do NUGEP.
Portaria SE-CIRM nº 144 de 2019	Define as competências do GI-GERCO no contexto do Plano de Ação Federal da Zona Costeira (PAF-ZC) que podem contribuir para a qualificação da gestão das praias.
Lei Federal nº 13.813 de 2019	Dispõe sobre a transferência de imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social para a União. (Art. 14.) União é autorizada a transferir aos Municípios a gestão das orlas e praias marítimas, estuarinas, lacustres e fluviais federais, inclusive as áreas de bens de uso comum com exploração econômica, tais como calçadões, praças e parques públicos.
Portaria Interministerial nº 151 de 2019 (Ministério da Economia e o Ministério do Turismo)	Estabelece a gestão compartilhada das áreas turísticas, de domínio da União, visando o desenvolvimento de ações conjuntas para a regularização e utilização das áreas com potencial turístico, bem como desenvolvê-las para atrair investimento e aumentar o fluxo turístico internacional e nacional no Brasil. Indica a condição específica da destinação dos bens da União para a faixa litorânea, citando os Arts. 29 e 37 do Decreto Federal nº 5.300 de 2004, que remetem ao PGI como requisito e a competência federal na atualização da metodologia para tal, respectivamente.

Apêndice 2: Arcabouço legal brasileiro com incidência na gestão das praias

Obs.: Esta lista não tem a intenção de ser exaustiva e é de caráter orientador.

NORMATIVA	INCIDÊNCIA NA GESTÃO DE PRAIAS
Lei Federal nº 11.959 de 2019	Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.
Portaria Marinha do Brasil nº 423 de 2019	Altera as Normas da Autoridade Marítima para o Gerenciamento da Água de Lastro de Navios - NORMAM - 20/DPC.
Portaria Federal ME/SPU nº 44 de 2019	Regulamenta a transferência de gestão de praias não urbanas prevista no art. 14 da Lei 13.240 de 2015.
Lei Federal nº 14.026 de 2020	Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico.
Decreto Federal nº 10.576 de 2020	Dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aquicultura.
Instrução Normativa nº 23 de 2020	Estabelece as diretrizes e procedimentos das atividades de fiscalização dos imóveis da União. Contribui com o detalhamento de procedimentos de fiscalização da utilização de praias e orlas, além de ressaltar a importância do compartilhamento de responsabilidades na gestão.
Decreto Federal nº 10.531 de 2020	Institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031. Contribui com diretrizes e orientações estratégicas visando o desenvolvimento econômico com o uso sustentável dos serviços ecossistêmicos, a exploração de potencialidades, o fortalecimento da governança e da conservação da natureza em ambientes marinhos.